

Regulamento

BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUA DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS
CNPJ nº 45.560.774/0001-05

CAPÍTULO 1 – FUNDO

1.1 BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUA DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS (“FUNDO”), regido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), e pela parte geral e o Anexo Normativo VII da Resolução nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários (respectivamente, “CVM” e “Resolução 175”), terá como principais características:

Classe de Cotas	Classe única.
Prazo de Duração	Prazo mínimo de duração de 03 (três) anos.
Administrador	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM , instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23 e credenciada como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório CVM nº 8.695, de 20 de março de 2006 (“ ADMINISTRADOR ”, ou “ Prestador de Serviço Essencial ”).
Gestor	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM , inscrito no CNPJ sob o nº 29.650.082/0001-00, autorizado à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários de acordo com o Ato Declaratório nº 5.968, de 10 de maio de 2000 (“ GESTOR ” ou “ Prestador de Serviço Essencial ” e, quando referido conjuntamente com o ADMINISTRADOR, os “ Prestadores de Serviços Essenciais ”).
Foro Aplicável	Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Exercício Social	Encerramento no último dia útil do mês de março de cada ano.

1.2 O Anexo de cada classe de cotas, conforme aplicável, dispõe, sem prejuízo de outros requisitos e informações previstos na regulamentação, sobre as respectivas: (i) características gerais, incluindo a indicação dos demais prestadores de serviços; (ii) responsabilidade dos cotistas e regime de insolvência; (iii) aplicação e resgate; (iv) assembleia especial de cotistas e demais procedimentos aplicáveis às manifestações de vontade dos cotistas; (v) remuneração; (vi) política de investimento e composição e diversificação da carteira; e (vii) fatores de risco.

CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

2.1 Os Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviços do FUNDO respondem perante a CVM, nas suas respectivas esferas de atuação, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao regulamento do FUNDO ou à regulamentação vigente, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável.

2.1.1 Não obstante as atribuições previstas neste regulamento e na regulamentação aplicável, cabe ao ADMINISTRADOR praticar os atos necessários à administração do FUNDO, o que inclui, mas não se limita à contratação, em nome do FUNDO ou de classe de cotas, dos seguintes serviços: (a) tesouraria, controle e processamento dos ativos; (b) escrituração das cotas; (c) auditoria independente; (d) custódia; e, eventualmente, (e) outros serviços em benefício do FUNDO ou da classe de cotas.

2.1.2 Não obstante as atribuições previstas neste regulamento e na regulamentação aplicável, cabe ao GESTOR praticar os atos necessários à gestão da carteira de ativos do FUNDO, o que inclui mas não se limita à contratação, em nome do FUNDO ou da classe de cotas, dos seguintes serviços: (a) intermediação de operações para carteira de ativos; (b) distribuição de cotas; (c) consultoria de investimentos; (d) classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito; (e)

Regulamento

BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS
CNPJ nº 45.560.774/0001-05

formador de mercado de classe fechada; (f) cogestão da carteira de ativos; e, eventualmente, (g) outros serviços em benefício do FUNDO ou da classe de cotas.

2.1.3 Caso o prestador de serviço contratado pelos Prestadores de Serviços Essenciais não seja um participante de mercado regulado pela CVM, ou o serviço prestado ao FUNDO não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM, os Prestadores de Serviços Essenciais serão responsáveis apenas pela fiscalização de tal serviço. As atribuições e a responsabilidade pela prestação deste tipo de serviço perante o FUNDO e seus cotistas continuarão a exclusivo cargo do respectivo prestador de serviço ora contratado.

2.2 Os Prestadores de Serviços Essenciais respondem, perante os cotistas, em suas respectivas esferas de atuação, por eventuais prejuízos causados em virtude de condutas contrárias a este regulamento ou à regulamentação aplicável, comprovados em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado.

2.2.1 Os Prestadores de Serviços Essenciais não serão responsabilizados por prejuízos, danos ou perdas, inclusive de rentabilidade, que o FUNDO venha a sofrer em virtude da realização de suas operações.

2.3 Não há solidariedade entre os prestadores de serviços do FUNDO, incluindo os Prestadores de Serviços Essenciais, e a contratação de outros prestadores de serviços não altera o regime de responsabilidade dos Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores de serviço perante os cotistas, o FUNDO ou a CVM.

2.4 Os investimentos no FUNDO não são garantidos pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

CAPÍTULO 3 – ENCARGOS E RATEIO DE DESPESAS E CONTINGÊNCIAS DO FUNDO

3.1 O FUNDO terá encargos que lhe poderão ser debitados diretamente, nos termos da Resolução 175, e quaisquer despesas que não constituam encargos correm por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado.

CAPÍTULO 4 – ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

4.1 O FUNDO observará as regras previstas na regulamentação, especialmente o Capítulo V do Anexo Normativo VII da Resolução CVM 175, referente a assembleia geral de cotistas.

4.2 As deliberações da Assembleia Geral poderão ser tomadas mediante processo de consulta formalizada pelo ADMINISTRADOR, por escrito, a cada cotista para resposta no prazo de 20 (vinte) dias.

4.2.1 Na assembleia de cotistas, as deliberações devem ser tomadas pela maioria das cotas dos cotistas presentes: (i) em primeira convocação, com um quórum mínimo de 5% (cinco por cento) das cotas emitidas; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número.

4.2.2 Nos termos do Parágrafo 2º do Art. 11, Anexo Normativo VII da Resolução CVM 175, a ausência de resposta será considerada como anuência por parte do cotista, desde que tal previsão conste expressamente da consulta.

4.3 Este Anexo pode ser alterado, independentemente da assembleia especial de cotistas, nos casos previstos na Resolução 175.

CAPÍTULO 5 – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA

5.1 Os Prestadores de Serviços Essenciais disponibilizarão em suas páginas na rede mundial de computadores ou encaminharão de forma eletrônica as informações de envio obrigatório previstas na regulamentação aplicável.

5.2 O ADMINISTRADOR mantém serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, que pode ser acessado nos meios abaixo:

Regulamento

BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS
CNPJ nº 45.560.774/0001-05

Website	www.btgpactual.com
SAC	0800 772 2827
Ouvidoria	0800 722 0048

* * *

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS – RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANEXO I

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS – RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPÍTULO 1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 As principais características da classe de cotas do FUNDO estão descritas abaixo:

Regime de Classes	As cotas do FUNDO são de classe única.
Tipo de Condomínio	Aberto.
Prazo de Duração	Prazo mínimo de duração de 03 (três) anos.
Categoria	Fundo de investimento financeiro.
Tipo	Multimercado.
Objetivo	O objetivo da classe é adquirir ações ordinárias de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("ELETROBRAS"), por meio de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias no Brasil ("Distribuição"), a ser promovida pela ELETROBRAS e pela União Federal, representada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização - FND e/ou por empresa por ela controlada direta ou indiretamente, nos termos da Lei no 14.182, de 12/07/2021 e da Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos no 203, de 19/10/2021 ("ACOES DA ELETROBRAS"). O objetivo da classe de cotas não representa, sob qualquer hipótese, garantia do FUNDO ou de seus Prestadores de Serviços Essenciais quanto à segurança, rentabilidade e liquidez dos títulos componentes de sua carteira.
Público-Alvo	Destina-se , exclusivamente, à transferência de recursos provenientes da conversão dos saldos disponíveis junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ("FGTS") em nome de pessoas físicas titulares de contas vinculadas do FGTS.
Custódia e Tesouraria	Banco BTG Pactual S.A. , instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45 e credenciado como custodiante, de acordo com o Ato Declaratório nº 7.204, de 25 de abril de 2003 ("CUSTODIANTE").
Controladoria e Escrituração	ADMINISTRADOR.
Negociação	As cotas não poderão ser admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado.
Transferência	As cotas não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo pelas hipóteses previstas na Resolução 175 e alterações posteriores.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS – RESPONSABILIDADE LIMITADA

Cálculo do Valor da Cota	As cotas terão o seu valor calculado diariamente. O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas, apurados, ambos, no encerramento do dia.
Feriados	Em feriados de âmbito nacional, a classe de cotas não possui cota, não recebe aplicações e nem realiza resgates, sendo certo que estas datas não serão consideradas dias úteis para fins de contagem de prazo de conversão de cotas e pagamento de resgates. Nos feriados estaduais e municipais a classe de cotas possui cota, recebe aplicações e realiza resgates.
Distribuição de Proventos	A classe de cotas incorporará ao seu patrimônio líquido os juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos que integrem a sua carteira.
Adoção de Política de Voto	O GESTOR, em relação a esta classe de cotas, adota política de exercício de direito de voto, disponível em sua página na rede mundial de computadores.

CAPÍTULO 2 – RESPONSABILIDADE DOS COTISTAS E REGIME DE INSOLVÊNCIA

2.1 A responsabilidade do cotista está limitada ao valor por ele detido.

2.2 Os seguintes eventos obrigarão o ADMINISTRADOR a verificar se o patrimônio líquido da classe de cotas está negativo:

- (i) qualquer pedido de declaração judicial de insolvência de classe de cotas do FUNDO;
- (ii) inadimplência de obrigações financeiras de devedor e/ou emissor de ativos detidos pelo FUNDO que representem mais de 10% (dez por cento) de seu patrimônio líquido, naquela data de referência;
- (iii) pedido de recuperação extrajudicial, de recuperação judicial, ou de falência de devedor e/ou emissor de ativos detidos pelo FUNDO; e
- (iv) condenação do FUNDO de natureza judicial e/ou arbitral e/ou administrativa e/ou outras similares ao pagamento de mais de 10% (dez por cento) de seu patrimônio líquido.

2.3 Caso o ADMINISTRADOR verifique que o patrimônio líquido da classe de cotas está negativo, ou tenha ciência de pedido de declaração judicial de insolvência da classe de cotas ou da declaração judicial de insolvência da classe de cotas, deverá adotar as medidas aplicáveis previstas na Resolução 175.

2.4 Serão aplicáveis as disposições da Resolução 175 no que se refere aos procedimentos a serem adotados pelo ADMINISTRADOR na hipótese de patrimônio líquido negativo da classe de cotas.

CAPÍTULO 3 – DA EMISSÃO, APLICAÇÃO E RESGATE DE COTAS

3.1 As cotas da classe correspondem a frações ideais do seu patrimônio e asseguram a seus titulares os mesmos direitos, sendo nominativas, intransferíveis e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

3.1.1 As cotas do FUNDO serão subscritas e integralizadas exclusivamente com recursos resultantes da transferência de outros Fundos Mútuos de Privatização – FGTS ou Clubes de Investimento FGTS.

3.1.2 A data de subscrição das cotas da classe será a data em que o agente operador do FGTS (Caixa Econômica Federal) comunicar a ADMINISTRADOR o bloqueio nas contas vinculadas do FGTS de titularidade dos investidores.

3.1.3 A qualidade de cotista da classe é comprovada pelo extrato das contas de depósito dos cotistas da classe.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS – RESPONSABILIDADE LIMITADA

- 3.1.4** A Integralização de cotas dar-se-á concomitantemente à liquidação financeira da subscrição das ações (“integralização inicial”) ou à data da transferência, na forma do inciso II do Artigo 15.
- 3.2** Serão permitidos a transferência dos recursos da classe e/ou o resgate total ou parcial de cotas da classe, nas seguintes hipóteses:
- (i) Nas condições estabelecidas pelas Leis nº 8.036/90 e nº 9.491/97 e alterações posteriores e pelos Decretos nº 99.684/90 e nº 2.430/97 e alterações posteriores, que deverão constar do respectivo documento de autorização a ser emitido pelo agente operador do FGTS (Caixa Econômica Federal);
 - (ii) Decorrido o prazo mínimo de 6 (seis) meses contado da data da Integralização Inicial, para transferência total ou parcial do investimento na classe para outro Fundo Mútuo de Privatização - FGTS ou para um Clube de Investimento - FGTS;
 - (iii) Após decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da Integralização Inicial, para retorno as contas vinculadas dos investidores junto ao FGTS; ou
 - (iv) Para resgate por Clube de Investimento, observado o limite máximo de 5% (cinco por cento) das cotas de cada clube de investimento.
- 3.2.2** Na solicitação de resgate de cotas da classe, o cotista deverá indicar o montante em reais ou o número de cotas a serem resgatadas e, conforme o caso, o retorno a conta vinculada dos investidores junto ao FGTS ou o Fundo Mútuo de Privatização - FGTS ou o Clube de Investimento para o qual pretende transferir os recursos.
- 3.2.3** Quando ocorrer a transferência do investimento na classe para outro Fundo Mútuo de Privatização - FGTS ou clube de investimento, o ADMINISTRADOR repassará os recursos na data do resgate, através de documento de crédito no qual conste a data da integralização inicial em favor da instituição administradora receptora, que procedera a imediata subscrição e integralização de cotas.
- 3.2.4** Na hipótese de retorno a conta vinculada do investidor junto ao FGTS, o ADMINISTRADOR repassará os recursos mediante quitação, nos termos definidos pelo agente operador do FGTS, por meio do documento instituído para esse fim.
- 3.2.5** Sempre que ocorrer a hipótese prevista no inciso (ii) do item 3.2., o ADMINISTRADOR informará ao agente operador do FGTS (Caixa Econômica Federal), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as movimentações realizadas.
- 3.3** O resgate de cotas da classe será feito pelo valor da cota de fechamento do dia seguinte ao da solicitação de resgate, devendo ser efetivado no período máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da formalização do pedido, sem a cobrança de qualquer taxa.

CAPÍTULO 4 – ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS E DEMAIS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS ÀS MANIFESTAÇÕES DAS VONTADES DOS COTISTAS

- 4.1** A classe observará as regras previstas na regulamentação, especialmente o Capítulo V do Anexo Normativo VII da Resolução CVM 175, referente a assembleia geral de cotistas.
- 4.2** As deliberações da Assembleia Geral poderão ser tomadas mediante processo de consulta formalizada pelo ADMINISTRADOR, por escrito, a cada cotista para resposta no prazo de 20 (vinte) dias.
- 4.2.1** Na assembleia de cotistas, as deliberações devem ser tomadas pela maioria das cotas dos cotistas presentes: (i) em primeira convocação, com um quórum mínimo de 5% (cinco por cento) das cotas emitidas; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número.
 - 4.2.2** Nos termos do Parágrafo 2º do Art. 11, Anexo Normativo VII da Resolução CVM 175, a ausência de resposta será considerada como anuência por parte do cotista, desde que tal previsão conste expressamente da consulta.
- 4.3** Este Anexo pode ser alterado, independentemente da assembleia especial de cotistas, nos casos previstos na Resolução 175.

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS – RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPÍTULO 5 – REMUNERAÇÃO

5.1 As seguintes remunerações serão devidas pela classe de cotas para remunerar os seus prestadores de serviços (base 252 dias):

TAXA	BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL
Taxa Global	0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, apropriada diariamente e paga mensalmente, incidente sobre o patrimônio líquido da classe, reteada entre os prestadores de serviços da classe.
Taxa Máxima Global	À Taxa Global da classe poderá ser acrescida das taxas dos fundos de investimento ou fundos de investimento em cotas de fundo de investimento em que a classe invista, atingindo, contudo, no máximo, o percentual anual de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano.
Para consultar as taxas segregadas dos prestadores de serviço, acesse a Plataforma de Transparência de Taxas no endereço www.data.anbima.com/busca/transparencia-de-taxas-de-fundos .	
Taxa Máxima de Custódia	Não há.
Taxa de Ingresso	Não há.
Taxa de Saída	Não há.
Taxa de Performance	Não aplicável.

CAPÍTULO 6 – POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

6.1 A classe aplicará seus recursos, exclusivamente, nos ativos abaixo relacionados, nos termos da legislação vigente:

- 6.1.1** no mínimo 90% (noventa por cento) e no máximo 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do FUNDO em ações ordinárias de emissão da ELETROBRAS;
- 6.1.2** no mínimo 0 (zero) e no máximo 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do FUNDO em títulos públicos federais de renda fixa.
- (i) Durante os 6 (seis) primeiros meses contados da data da aquisição das AÇÕES DA ELETROBRAS no âmbito da Distribuição, a ADMINISTRADORA somente poderá alienar até 10% (dez por cento) das ACOES DA ELETROBRAS que tenham sido adquiridas no âmbito da Distribuição;
- (ii) Os rendimentos que venham a ser pagos por títulos públicos federais de renda fixa integrantes da carteira do Fundo e/ou os dividendos atribuídos as AÇÕES DA ELETROBRAS poderão ser aplicados (a) em outras ações ordinárias de emissão da ELETROBRAS, a serem adquiridas em mercado e/ou (b) em títulos de renda fixa públicos federais, desde que observado para esses últimos o limite disposto no inciso 6.1.2 do caput deste Artigo;
- (iii) Não se aplica ao FUNDO a restrição de que trata o item i supra para as ações de emissão da ELETROBRAS que venham a ser adquiridas pelo FUNDO fora do âmbito da Distribuição.
- (iv) - Na hipótese de o FUNDO não conseguir adquirir, no âmbito da Distribuição, AÇÕES DA ELETROBRAS em quantidade suficiente para alocar no mínimo 90% (noventa por cento) do seu patrimônio líquido em AÇÕES DA ELETROBRAS, o FUNDO terá um prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da liquidação financeira da Distribuição, para adquirir em mercado

Anexo I ao Regulamento

CLASSE ÚNICA DE COTAS DO BTG PACTUAL REFERENCE FUNDO MÚTUO DE PRIVATIZAÇÃO DO FGTS ELETROBRAS – RESPONSABILIDADE LIMITADA

outras ações ordinárias de emissão da ELETROBRAS até alcançar o limite mínimo de 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido alocado em ações de emissão da ELETROBRAS. Durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias acima referido, a parcela dos recursos do FUNDO que não estiver alocada em ações de emissão da ELETROBRAS permanecerá aplicada em títulos públicos de renda fixa;

- (v) Caso o FUNDO não consiga enquadrar a sua carteira nos termos dos itens 6.1.1 e 6.1.2 do caput deste Artigo, observado o procedimento descrito nos parágrafos acima, aplicar-se-ão os procedimentos para liquidação do FUNDO, nos termos deste Regulamento;
- (vi) É vedada a alteração da sociedade emissora dos valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO.

CAPÍTULO 7 – DAS INFORMAÇÕES

7.1 O ADMINISTRADOR disponibilizará a cada cotista, bimestralmente, até 15 (quinze) dias após o encerramento do bimestre, documento contendo as seguintes informações:

- (i) número de cotas possuídas e seu valor;
- (ii) rentabilidade auferida em cada um dos meses do bimestre anterior;
- (iii) valor e composição da carteira da classe, discriminando quantidade, espécie e cotação dos títulos e valores mobiliários que a integram, valor de cada aplicação e sua percentagem sobre o valor total da carteira da classe;
- (iv) remuneração da ADMINISTRADORA;
- (v) outras informações relevantes relativas a classe.

7.2 O ADMINISTRADOR disponibilizará, anualmente, a cada cotista:

- (i) balanço e demais demonstrações financeiras, referentes ao período, acompanhados do parecer do auditor independente; e
- (ii) informações sobre o valor dos encargos debitados ao FUNDO em cada um dos dois últimos anos, conforme o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO, em cada ano.

CAPÍTULO 8 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 No caso de o patrimônio líquido da classe ser inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) depois de decorrido o prazo mínimo de duração de que trata o Item 1.1. deste Anexo do Regulamento ou na hipótese de a carteira da classe não estar devidamente enquadrada, nos termos deste Anexo, será convocada Assembleia Geral para liquidar o FUNDO.,

8.2 Os cotistas terão 30 (trinta) dias, contados da data em que forem notificados sobre a deliberação da Assembleia Geral que liquidar o FUNDO, para solicitar a transferência de seus recursos para outro Fundo Mútuo de Privatização - FGTS ou para um Clube de Investimentos ou para a respectiva conta vinculada junto ao FGTS.

8.2.1 No caso de os cotistas não se manifestarem dentro do prazo estabelecido no §1º acima, os recursos correspondentes as cotas da classe serão transferidos automaticamente as respectivas contas do FGTS, observado o cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação

* * *